

WALBER DE MOURA AGRA

WALBER DE MOURA AGRA

CURSO DE
DIREITO
CONSTITUCIONAL

10^a edição

FORUM

**CURSO DE DIREITO
CONSTITUCIONAL**

10^a edição

Esta décima edição é motivo de grande orgulho, pois alcançar esse número de edições com uma obra que não é voltada para concursos, e ao longo desse lapso razoável de tempo, configura-se um prazer muito especial, pois se conseguiu perpassar algumas gerações de leitores.

Uma questão que se tentou enfocar é como o direito constitucional se molda a este mundo pós-pandemia, em que as estruturas políticas, econômicas, sociais, sanitárias e convivenciais estão sendo remodeladas. A visão de um Estado mínimo, forçosamente, precisará ser atualizada para uma organização política que possa ganhar mais sinergia com o planejamento, investindo em infraestrutura e ciência & tecnologia, e realizando políticas públicas eficientes que possam diminuir as desigualdades.

Em um mundo em que as transformações são pululantes em vários setores, mas que as estruturações jurídicas ainda não estão preparadas para fazer frente a esse turbilhão, o sentimento de desorientação e perplexidade é assaz contundente. Diante desse contexto, não adianta rememorar conceitos obsoletos, no que é melhor se preparar para esse salto no novo, para fazer com que o distanciamento entre a normalidade e a facticidade não provoque um pipocar de *gaps* normativos.

Área específica

DIREITO CONSTITUCIONAL

Áreas afins

DIREITO PÚBLICO

Público-alvo/consumidores

TODOS OS ESTUDANTES E PROFISSIONAIS
DO DIREITO

FORMATO: 17 x 24 cm
CÓDIGO: 10003065

A277c

Agra, Walber de Moura

Curso de Direito Constitucional / Walber de Moura Agra.–
10. ed. Belo Horizonte : Fórum, 2021.

956 p.

ISBN: 978-65-5518-249-1

1. Direito Constitucional. 2. Direito. I. Título.

CDD 341.2

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AGRA, Walber de Moura. *Curso de Direito Constitucional*. 10. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 956 p. ISBN 978-65-5518-249-1.

WALBER DE MOURA AGRA

Professor da Faculdade de Direito do Recife (UFPE). Livre Docente pela USP. Mestre pela UFPE. Doutor pela UFPE/*Università degli Studi di Firenze*. Professor Visitante da *Università degli Studi di Lecce*. Membro do Conselho Científico do Doutorado da Universidade de Lecce. Visiting Research Scholar of *Cardozo Law School*. Diretor do IBEC – Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais. Pós-Doutor pela *Université Montesquieu Bordeaux IV*. Membro Correspondente do Cerdadri – *Centre d'Études et de Recherches sur les Droits Africains et sur le Développement Institutionnel des Pays en Développement*. Ex-Vice-Diretor da Escola Judiciária do TSE. Membro da Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB. Procurador do Estado de Pernambuco. Advogado.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À DÉCIMA EDIÇÃO	25
APRESENTAÇÃO À NONA EDIÇÃO	27
APRESENTAÇÃO À OITAVA EDIÇÃO	29
APRESENTAÇÃO À SÉTIMA EDIÇÃO	31
APRESENTAÇÃO À SEXTA EDIÇÃO	33
APRESENTAÇÃO À QUINTA EDIÇÃO	35
APRESENTAÇÃO À QUARTA EDIÇÃO	37
APRESENTAÇÃO À TERCEIRA EDIÇÃO	39
APRESENTAÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO	41
 APRESENTAÇÃO	43
 CAPÍTULO 1	
ESTADO	45
1.1 Território	46
1.2 Povo	47
1.3 Governo	47
1.4 Poder	48
1.5 Origem e justificação do Estado	50
1.5.1 Estado Antigo	51
1.5.2 Estado grego	52
1.5.3 Estado romano	52
1.5.4 Estado medieval	53
1.6 Estado de Direito	54
1.7 O Estado Moderno	56
1.8 O Estado Liberal e o Estado Social	57
1.9 A crise do Estado Social de Direito	62
1.10 Globalização	65
1.11 Pós-modernidade e a crise do direito legislado	66
1.12 O “estertor da democracia”: crise do Estado Democrático de Direito	69
 CAPÍTULO 2	
PODER CONSTITUINTE	71
2.1 Poder Reformador	73
2.2 Poder Decorrente e suas limitações	74
2.3 Modificação pela mutação constitucional	78
 CAPÍTULO 3	
CONSTITUIÇÃO	81
3.1 Força normativa	83
3.2 Sistemas constitucionais	85
3.2.1 Sistema inglês	85
3.2.2 Sistema francês	87
3.2.3 Sistema norte-americano	88
3.3 Neoconstitucionalismo	89
3.3.1 O papel dos direitos humanos no neoconstitucionalismo	91
3.4 Visão sociológica da Constituição	93
3.5 Visão jurídica da Constituição	94
3.6 Visão política da Constituição	95
3.7 Características da Constituição	96
3.8 Classificações das Constituições	98
3.8.1 Quanto ao conteúdo	98
3.8.1.1 Constituição material	98
3.8.1.2 Constituição formal	99
3.8.2 Quanto à origem	100
3.8.2.1 Constituição promulgada	100
3.8.2.2 Constituição outorgada	100
3.8.3 Quanto à forma	100
3.8.3.1 Constituição costumeira	100
3.8.3.2 Constituição escrita	101
3.8.4 Quanto à estabilidade	101
3.8.4.1 Constituição rígida	101
3.8.4.2 Constituição flexível	101
3.8.4.3 Constituição semirrígida	102
3.8.4.4 Constituição imutável	102

3.8.4.5	Constituição fixa	102
3.8.5	Quanto à extensão	102
3.8.5.1	Constituição sintética	102
3.8.5.2	Constituição analítica	103
3.8.6	Quanto ao modo de elaboração	103
3.8.6.1	Constituição dogmática	103
3.8.6.2	Constituição histórica	103
3.9	Outros tipos de classificações	103
3.10	Diferenciação entre fonte constitucional formal e material	105
3.11	Histórico das Constituições brasileiras	105
3.11.1	Constituição de 1824	105
3.11.2	Constituição de 1891	107
3.11.3	Constituição de 1934	108
3.11.4	Constituição de 1937	109
3.11.5	Constituição de 1946	110
3.11.6	Constituição de 1967/1969	110
3.11.7	Constituição de 1988	112
3.11.8	A Constituição de 1988 e seu papel dirigente	113
3.12	Interpretação constitucional	114
3.12.1	Necessidade de uma interpretação sistêmica da Constituição	116
3.12.2	Peculiaridades da interpretação constitucional	116
3.12.3	Inicialidade da Constituição	117
3.12.4	Conteúdo político	118
3.12.5	Linguagem em forma sintética	118
3.12.6	Predominância das normas de estrutura na Constituição	119
3.12.7	Princípio da presunção de constitucionalidade das normas infraconstitucionais	119
3.12.8	Métodos clássicos de interpretação constitucional	119
3.12.9	Classificação da interpretação quanto à origem	120
3.12.10	A tópica de Theodor Viehweg	120
3.12.11	A metódica estruturante de Friedrich Müller	121
3.13	A Constituição analisada sob um aspecto sistêmico	122

CAPÍTULO 4

	EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	127
4.1	Normas constitucionais de eficácia absoluta	129
4.2	Normas constitucionais de eficácia plena	130
4.3	Normas constitucionais de eficácia limitada	131
4.4	Normas programáticas	131
4.5	Normas de princípios institutivos	133
4.6	Normas de eficácia contida	134

CAPÍTULO 5

	APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO TEMPO	137
5.1	Desconstitucionalização	137
5.2	Repristinação	138
5.3	<i>Vacatio constitutionis</i>	138
5.4	Recepção das normas infraconstitucionais	139

CAPÍTULO 6

	PREÂMBULO CONSTITUCIONAL	141
--	--------------------------------	-----

CAPÍTULO 7

	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	145
7.1	Princípios e regras	145
7.1.1	“Conceitos jurídicos indeterminados”	147
7.2	Princípios fundamentais	149
7.3	Regime democrático	149
7.4	Formas de Estado: unitário e federal	152
7.5	Formas de governo: monarquia e república	153
7.5.1	Republicanismo	155
7.6	Sistemas de governo: parlamentarismo e presidencialismo	158
7.7	Fundamentos da República Federativa do Brasil	160
7.7.1	Soberania	160
7.7.2	Cidadania	163
7.7.3	Dignidade da pessoa humana	163
7.7.3.1	Fundamentação do princípio da dignidade humana	165
7.7.4	Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa	166
7.7.5	Pluralismo político	166
7.8	Legitimização do poder	167

7.9	Separação de poderes.....	168
7.10	Objetivos fundamentais.....	170
7.11	Princípios constitucionais internacionais.....	170
CAPÍTULO 8		
	TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	173
8.1	Introdução.....	173
8.2	Direitos humanos.....	173
8.3	Tentativa de conceituação dos direitos humanos	175
8.4	Retrospectiva histórica dos direitos humanos.....	180
8.5	Evolução das principais declarações de direitos.....	183
8.5.1	<i>Magna Charta Libertatum</i> (1215).....	183
8.5.2	A Carta da Virgínia (1606).....	185
8.5.3	<i>Petition of Rights</i> (1628)	185
8.5.4	<i>Bill of Rights</i> (1689)	186
8.5.5	Declaração de Direitos da Virgínia (1776).....	187
8.5.6	Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776)	188
8.5.7	Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (1789).....	190
8.5.8	Declaração de Direitos do Povo Trabalhador e Explorado (1917).....	191
8.5.9	Declaração de Direitos do Homem (1948)	192
8.6	Classificação dos direitos humanos	193
8.7	Evolução dos direitos humanos.....	194
8.8	Dimensões subjetiva e objetiva dos direitos humanos.....	198
8.8.1	Dimensão subjetiva.....	198
8.8.2	Dimensão objetiva	199
8.9	Teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek.....	199
8.10	Funções dos direitos humanos	200
8.10.1	Função de defesa.....	200
8.10.2	Função de prestação	200
8.10.3	Função de proteção perante terceiros	201
8.10.4	Função de não discriminação.....	201
8.11	Características dos direitos humanos	201
8.11.1	Historicidade	202
8.11.2	Universalidade	202
8.11.3	Inalienabilidade	202
8.11.4	Imprescritibilidade	203
8.11.5	Irrenunciabilidade	203
8.11.6	Limitabilidade	203
8.11.7	Concorrência.....	204
8.11.8	Constitucionalização	204
8.12	Limitação horizontal dos direitos humanos e o princípio da proporcionalidade.....	204
8.13	Tolerância.....	207
8.14	Eficácia horizontal dos direitos humanos (<i>Drittewirkung</i>).....	208
CAPÍTULO 9		
	DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS	209
9.1	Direito à vida.....	210
9.1.1	Quando começa a vida humana?	211
9.2	Direito à liberdade.....	214
9.3	Isonomia.....	215
9.4	Isonomia de gênero	218
9.5	Compatibilidade entre as ações afirmativas e o princípio da isonomia	220
9.6	Princípio da legalidade	224
9.6.1	Jurisprudencialização.....	226
9.7	Direito de resistência.....	228
9.8	Princípio da liberdade de locomoção	229
9.9	Princípio da liberdade profissional.....	229
9.10	Princípio da liberdade de pensamento.....	230
9.10.1	Pensamento.....	230
9.10.2	Direito à informação pelos órgãos públicos	231
9.10.3	Liberdade de expressão de pensamento	231
9.10.4	Restrições à liberdade de pensamento.....	234
9.10.5	Ressarcimento do dano	235
9.10.6	Liberdade de consciência.....	237
9.10.7	Liberdade de crença	237
9.10.8	Escusa de consciência.....	238
9.11	Direito de privacidade	239
9.12	Direito à inviolabilidade de domicílio.....	241
9.13	Direito à inviolabilidade de comunicação.....	243

9.13.1	O Marco Civil da Internet.....	248
9.14	Direitos coletivos	248
9.14.1	Direito de reunião.....	248
9.14.2	Direito de associação.....	250
9.15	Direito de propriedade e sua função social	251
9.15.1	Exceções ao direito de propriedade	251
9.15.2	Defesa da pequena propriedade rural.....	253
9.15.3	Direito à herança.....	253
9.15.4	Propriedade imaterial	254
CAPÍTULO 10		
	GARANTIAS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS.....	257
10.1	Direito processual constitucional e direito constitucional processual.....	257
10.2	Direito de petição.....	258
10.3	Princípio da universalidade de jurisdição e princípio do acesso ao Poder Judiciário	259
10.4	Duplo grau de jurisdição	260
10.5	Princípio da irretroatividade mitigada.....	261
10.6	Vedaçāo de tribunais de exceção e juiz natural.....	262
10.7	Soberania do Tribunal do Júri.....	264
10.7.1	Garantias do Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII, <i>a</i> , <i>b</i> e <i>c</i> , da CF).....	264
10.8	Princípio da legalidade penal	265
10.9	Crime de racismo e crimes hediondos.....	267
10.10	Penas permitidas e proibidas	269
10.11	Princípio do devido processo legal.....	270
10.12	Vedaçāo à extradição de nacionais.....	273
10.13	Garantias processuais dos presos (art. 5º, XLVIII, L e LXI a LXVII, da CF)	278
10.14	Prisão civil.....	279
10.15	Direito à duração razoável do processo	281
CAPÍTULO 11		
	REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS, GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E WRITS CONSTITUCIONAIS.....	283
11.1	<i>Habeas corpus</i>	284
11.2	Mandado de segurança.....	288
11.2.1	Procedimento do mandado de segurança.....	290
11.2.2	Mandado de segurança coletivo.....	293
11.3	Mandado de injunção.....	298
11.4	<i>Habeas data</i>	303
11.4.1	Fase pré-processual	305
11.4.2	Fase judicial	306
11.5	Ação popular	306
11.6	Ação civil pública	308
11.6.1	Competência.....	310
11.6.2	Legitimidade	310
11.6.3	Inquérito civil	312
11.6.4	Compromisso de ajustamento de conduta	312
11.6.5	Coisa julgada	313
11.6.6	Da responsabilidade ambiental do réu e a sentença	313
11.6.7	Sucumbência.....	314
11.7	Da ação civil pública como instrumento de controle de constitucionalidade	314
CAPÍTULO 12		
	APLICABILIDADE IMEDIATA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E O SEU CARÁTER EXEMPLIFICATIVO	315
12.1	Aplicabilidade imediata dos direitos e garantias fundamentais	315
12.2	Princípio exemplificativo dos direitos e garantias fundamentais	316
12.3	A constitucionalização dos tratados e convenções internacionais	317
12.4	O controle de convencionalidade e a interpretação pela norma mais favorável ao titular do direito	318
12.5	A jurisdição do Tribunal Penal Internacional.....	319
CAPÍTULO 13		
	DIREITOS SOCIAIS	323
13.1	Definição dos direitos sociais.....	325
13.1.1	Enquadramento dos direitos sociais	331
13.1.2	Coercitividade dos direitos sociais.....	333
13.1.3	Direitos individuais dos trabalhadores	336

13.1.4	Garantia de emprego.....	336
13.1.5	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.....	336
13.1.6	Seguro-desemprego.....	337
13.1.7	Salário mínimo	337
13.1.8	Condições dignas de trabalho, repouso e inatividade	338
13.1.9	Proteção.....	339
13.1.10	Estipulação da jornada de trabalho.....	340
13.1.11	Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho	341
13.1.12	Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas	342
13.1.13	Proteção em face da automação.....	342
13.1.14	Participação nos lucros e cogestão	342
13.1.15	Vantagens salariais	343
13.1.16	Vedações nas relações trabalhistas	344
13.1.17	Prazo prescricional	346
13.1.17.1	Da extensão dos direitos trabalhistas aos empregados domésticos	347
13.2	<i>Entrenchment</i> dos direitos sociais.....	348
13.2.1	Estabelecimento dos parâmetros do <i>entrenchment</i>	351
13.2.2	Extensão do <i>entrenchment</i> . O conteúdo mínimo dos direitos fundamentais.....	352
13.2.3	Reserva do possível	356
13.3	Direitos coletivos dos trabalhadores.....	358
13.3.1	Liberdade de associação profissional ou sindical	358
13.3.2	Liberdade sindical	358
13.3.3	Liberdade de adesão sindical.....	358
13.3.4	Liberdade de atuação sindical	358
13.3.5	Proteção aos dirigentes sindicais.....	359
13.3.6	Greve.....	359
13.3.7	Substituição processual.....	360
13.3.8	Participação laboral	360
13.3.9	Representação na empresa	361

CAPÍTULO 14

	NACIONALIDADE.....	363
14.1	Exceções ao <i>jus soli</i>	365
14.2	Formas de naturalização.....	366
14.3	Princípio da reciprocidade	367
14.4	Exceções à igualdade entre brasileiros natos e naturalizados.....	367
14.5	Outras distinções entre brasileiros natos e naturalizados	368
14.6	Perda da nacionalidade do brasileiro	368
14.7	Casos de dupla nacionalidade permitidos pelo Brasil	369
14.8	Reaquisição da nacionalidade brasileira	369
14.9	Condição jurídica do estrangeiro residente no Brasil	370
14.10	Limites territoriais do Brasil para a configuração do <i>jus soli</i>	371
14.11	Língua oficial e símbolos nacionais.....	372

CAPÍTULO 15

	DIREITOS POLÍTICOS	373
15.1	A soberania popular e a soberania da nação	373
15.2	Legitimização democrática	374
15.3	Institutos da democracia participativa	375
15.4	Representação política	377
15.5	Sistemas eleitorais.....	381
15.6	Alistamento eleitoral e voto	381
15.7	Condições de elegibilidade	382
15.8	Reeleição.....	383
15.9	Inelegibilidade.....	384
15.9.1	Da natureza jurídica da inelegibilidade	386
15.9.2	Inelegibilidade como situação jurídica	387
15.10	Elegibilidade do militar	388
15.11	Ação de impugnação de mandato eletivo	388
15.12	Perda e suspensão dos direitos políticos	390
15.13	Princípio da anterioridade eleitoral e impedimento da <i>vacatio legis</i>	391
15.14	Situação jurídica das “candidaturas coletivas” à luz da Constituição Federal	392

CAPÍTULO 16

	PARTIDOS POLÍTICOS	395
16.1	Histórico	396

16.2	Criação.....	397
16.3	Princípios partidários.....	399
16.4	Quociente eleitoral.....	402
16.5	Da disciplina partidária	402
16.6	Fidelidade partidária.....	404
16.7	Fidelidade partidária e liberdade no exercício do mandato parlamentar	409
16.8	Processo de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária.....	411
16.9	Fidelidade partidária antes da Resolução nº 22.610/2007	414
 CAPÍTULO 17		
	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	415
17.1	Desmembramento dos estados-membros e dos municípios.....	415
17.1.1	Requisitos para o desmembramento de estado-membro	416
17.1.2	Requisitos para o desmembramento de município	416
17.2	Vedações aos entes federativos.....	417
17.3	Bens da União.....	418
 CAPÍTULO 18		
	COMPETÊNCIA FEDERATIVA	421
18.1	Competência exclusiva da União	423
18.2	Competência privativa	425
18.3	Competência comum	425
18.4	Competência concorrente	427
18.5	Competência dos estados federados.....	429
18.5.1	Competência residual	429
18.5.2	Competência de organização administrativa	429
18.6	Conflito na repartição de competência	430
18.6.1	A repartição constitucional de competências no enfrentamento à pandemia de Covid-19.....	431
18.7	Bens dos estados-membros	432
18.8	Organização política dos estados-membros	432
18.9	A estrutura constitucional dos municípios	433
18.10	Competência municipal.....	434
18.11	Organização política dos municípios.....	437
18.12	Fiscalização municipal	441
18.13	Distrito Federal	442
18.14	Territórios.....	443
 CAPÍTULO 19		
	INTERVENÇÃO	445
19.1	Intervenção estadual e municipal.....	446
19.2	Tipos de intervenção	447
19.3	Concretização da intervenção	448
19.4	Limites da intervenção federal.....	450
19.5	Natureza da intervenção.....	451
19.6	Motivos da intervenção nos estados	451
19.7	Motivos da intervenção nos municípios	453
19.8	Requisitos para a decretação da intervenção.....	454
 CAPÍTULO 20		
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	457
20.1	Considerações preliminares	457
20.2	Princípios da Administração Pública.....	458
20.2.1	Princípio da legalidade	458
20.2.2	Princípio da moralidade	459
20.2.3	Princípio da impessoalidade	460
20.2.4	Princípio da publicidade	460
20.2.5	Princípio da eficiência	461
20.2.5.1	Características do princípio da eficiência.....	462
20.3	Princípios implícitos da Administração Pública	463
20.3.1	Princípio da supremacia do interesse público.....	463
20.3.2	Princípio da finalidade.....	463
20.3.3	Princípio da motivação	464
20.3.4	Princípio da responsabilidade estatal	464
20.4	Investidura na Administração Pública	464
20.5	Direito de greve dos servidores públicos.....	468
20.6	Remuneração dos servidores públicos	470
20.7	Vedações de acumulação de cargo, função ou emprego público.....	471
20.8	Improbidade administrativa	473

20.9	Responsabilidade da Administração Pública	476
20.10	Lição para contratação de obras, serviços, compra e alienações pela Administração Pública	478
20.11	Publicidade dos órgãos públicos.....	483
20.12	Responsabilidade civil decorrente de atos legislativos.....	484
20.12.1	Pressupostos necessários à sua configuração	485
20.12.2	Hipóteses de responsabilidade civil por atos legislativos	486
20.13	Perda de cargo ou emprego público	487
20.14	Dos militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.....	489
CAPÍTULO 21		
	REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	491
21.1	Regime previdenciário dos servidores públicos	491
21.2	Natureza do regime previdenciário dos servidores públicos	493
21.3	Previdência complementar.....	494
21.4	Aposentadoria dos futuros servidores	495
21.5	Requisitos para a aposentadoria com proventos integrais.....	496
21.6	Contribuição extraordinária (art. 149 da Constituição Federal)	497
21.7	Regras de transição do regime próprio de previdência	498
21.8	Abono de permanência	499
21.9	Novas regras das pensões.....	499
21.10	Teto salarial.....	500
21.11	Sistema previdenciário dos estados, municípios e Distrito Federal.....	502
21.12	Aposentadoria especial.....	503
21.13	Contribuição dos inativos.....	503
21.13.1	Proteção parcial dos direitos adquiridos.....	504
21.14	A contribuição dos inativos e o direito adquirido	505
21.15	Outras inconstitucionalidades da Reforma Previdenciária.....	508
21.16	Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre contribuição previdenciária.....	510
CAPÍTULO 22		
	REGIÕES	513
CAPÍTULO 23		
	PODER LEGISLATIVO.....	517
23.1	<i>Quorum</i>	520
23.2	Atribuições do Congresso Nacional.....	521
23.2.1	Atribuição legislativa imprópria.....	522
23.2.2	Atribuição legislativa própria	522
23.2.3	Direito de convocação	523
23.2.4	Direito de audiência	524
23.2.5	Direito de informação administrativa.....	524
23.3	Atribuições da Câmara dos Deputados.....	524
23.4	Atribuições do Senado	525
23.5	Imunidades parlamentares e perda de mandato	526
23.5.1	Requisitos para abertura de processo contra parlamentares (imunidade formal)	530
23.5.2	Extensão da imunidade	533
23.5.3	Impedimentos dos parlamentares.....	533
23.5.4	Perda do mandato.....	534
23.5.5	Investidura, pelos parlamentares, em outros cargos.....	536
23.5.6	Licenças	537
23.5.7	Afastamento de parlamentares	537
23.6	Reunião.....	538
23.6.1	Sessões extraordinárias	540
23.6.2	Sessões conjuntas	540
23.7	Comissão representativa.....	542
23.8	Comissões	542
23.9	Comissões parlamentares de inquérito	542
23.9.1	Dever de comparecimento à Comissão Parlamentar de Inquérito	545
23.9.2	Transferência de sigilos bancário, fiscal, telemático e telefônico	546
23.9.3	Princípio da colegialidade	547
CAPÍTULO 24		
	PROCESSO LEGISLATIVO.....	549
24.1	Da não existência de hierarquização no art. 59 da CF.....	550
24.2	Emendas constitucionais	551
24.2.1	Limites materiais.....	552
24.2.2	Limites temporais	554

24.2.3	Limites circunstanciais	555
24.2.4	Procedimento das emendas.....	556
24.3	Leis complementares.....	558
24.4	Leis ordinárias. Procedimento ordinário	559
24.5	Procedimento sumário.....	567
24.6	Procedimento sumaríssimo.....	567
24.7	Procedimento legislativo abreviado	568
24.8	Procedimento legislativo concentrado	568
24.9	Procedimento legislativo especial	568
24.10	Leis delegadas	569
24.11	Medidas provisórias.....	570
24.11.1	Medidas provisórias editadas por governadores	576
24.12	Lei federal e lei nacional	577
24.13	Decretos legislativos e resoluções	577
24.14	Tratados internacionais.....	578
24.15	Leis orçamentárias	579
CAPÍTULO 25		
	FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	583
CAPÍTULO 26		
	PODER EXECUTIVO	591
26.1	Competência do presidente da República	593
26.2	Ministros de Estado.....	595
26.3	<i>Impeachment</i>	596
26.3.1	Histórico.....	596
26.3.2	Crimes de responsabilidade.....	597
26.3.3	Crimes comuns.....	598
26.3.4	Procedimento nos crimes de responsabilidade	598
26.3.5	Procedimento nos crimes comuns.....	600
26.3.6	Sanção.....	601
26.3.7	Responsabilidade relativa do presidente da República	602
26.3.8	Competência do STF para julgamento dos crimes comuns.....	602
26.3.9	Competência do STJ para julgamento dos crimes comuns	603
26.3.10	<i>Impeachment</i> da Presidenta Dilma Rousseff	603
26.3.11	O <i>impeachment</i> de governadores e prefeitos.....	604
CAPÍTULO 27		
	CONSELHO DA REPÚBLICA E CONSELHO DE DEFESA NACIONAL	607
27.1	Conselho da República	607
27.2	Conselho de Defesa Nacional	608
CAPÍTULO 28		
	PODER JUDICIÁRIO	611
28.1	Estrutura do Poder Judiciário	611
28.2	Obrigatoriedade de três anos de exercício de atividades jurídicas	615
28.3	Introdução de parâmetros objetivos de aferição por merecimento.....	617
28.4	Recusa do juiz mais antigo	619
28.5	Impedimento de promoção	619
28.6	Critérios de acesso aos tribunais de segundo grau.....	620
28.7	Cursos de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados	621
28.8	Obrigatoriedade de residência na comarca	621
28.9	Remoção, disponibilidade e aposentadoria dos magistrados.....	622
28.10	Publicidade dos julgamentos e eleição para a composição do órgão especial ..	623
28.11	Agilização da prestação jurisdicional	625
28.12	Quinto constitucional nos tribunais	627
28.13	Juizados Especiais e Justiça de Paz	628
28.14	Autonomia do Poder Judiciário	629
28.15	Supremo Tribunal Federal.....	630
28.16	Extensão dos efeitos vinculantes da decisão	634
28.17	Súmula vinculante	635
28.18	Súmulas vinculantes publicadas pelo Supremo Tribunal Federal	638
28.19	Conselho Nacional de Justiça.....	653
28.20	A constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça	656
28.21	A Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça	656
28.22	Superior Tribunal de Justiça.....	657
28.23	Recurso extraordinário e recurso especial	661
28.24	Repercussão geral dos recursos extraordinários.....	663
28.25	Tribunais Regionais Federais e juízes federais.....	665
28.25.1	Julgamento de crimes contra direitos humanos pela Justiça Federal	668

28.26	Tribunais e juízes do Trabalho.....	669
28.26.1	Regulamentação do Superior Tribunal do Trabalho	669
28.26.2	Criação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho	671
28.26.3	Varas da Justiça do Trabalho.....	671
28.26.4	Competência da Justiça do Trabalho	671
28.26.5	Tribunais Regionais do Trabalho	679
28.27	Tribunais e juízes eleitorais	680
28.28	Tribunais e juízes militares.....	682
28.29	Tribunais e juízes dos estados.....	683
28.30	Precatórios	685
28.31	Ativismo judicial e estado de coisa inconstitucional	690
 CAPÍTULO 29		
JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL.....		693
29.1	Conceito de jurisdição	693
29.2	Classificação da jurisdição.....	694
29.3	Definição de jurisdição constitucional.....	696
29.4	Natureza da jurisdição constitucional	697
29.5	Função da jurisdição constitucional.....	699
 CAPÍTULO 30		
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....		703
30.1	Fundamentação.....	703
30.2	Natureza do ato declarado inconstitucional	704
30.3	Histórico.....	706
30.4	Retrospectiva do controle de constitucionalidade nas Constituições brasileiras	707
30.5	Órgãos de controle de constitucionalidade	710
30.6	Tipos de inconstitucionalidade.....	711
30.7	Momentos de incidência do controle de constitucionalidade.....	715
30.8	Controle das normas constitucionais no tempo	718
30.9	Extensão da inconstitucionalidade.....	720
30.10	Ação direta de inconstitucionalidade – ADIn	720
30.11	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	725
30.12	Ação declaratória de constitucionalidade – ADC	733
30.13	Ação direta interventiva	736
30.14	Arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF	737
30.14.1	Competência	739
30.14.2	Inovações.....	740
30.14.3	Procedimento	741
30.14.4	Princípio da subsidiariedade	743
30.14.5	Analogia com o recurso constitucional alemão.....	745
30.14.6	Incidente de constitucionalidade e a sua inconstitucionalidade	747
30.15	Controle difuso ou por via de exceção	748
30.16	Modulação de efeitos em sede de controle difuso	752
30.17	Transcendência dos motivos em ações diretas.....	754
30.18	Efeito vinculante em sede de controle difuso?	755
30.19	O controle difuso e a reserva de plenário.....	757
30.20	Controle de constitucionalidade nos âmbitos estadual e municipal.....	759
30.21	Interpretação conforme a Constituição e inconstitucionalidade parcial sem redução de texto.....	762
30.22	Procedimento do sistema concentrado de controle de constitucionalidade.	
	Lei nº 9.868/1999 (ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade)	764
30.23	Bloco de constitucionalidade	770
30.24	Inconstitucionalidade da coisa julgada	772
 CAPÍTULO 31		
FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....		777
31.1	Ministério Pùblico.....	778
31.1.1	Natureza do Ministério Pùblico	779
31.1.2	Princípios institucionais (art. 127, §1º, da CF)	780
31.1.2.1	Unidade	780
31.1.2.2	Indivisibilidade	782
31.1.2.3	Independência funcional	782
31.1.3	Garantias	783
31.1.3.1	Vitaliciedade	783
31.1.3.2	Inamovibilidade	783
31.1.3.3	Irredutibilidade de subsídios	784
31.1.4	Vedações.....	784
31.1.5	Autonomia administrativa e funcional	785

31.1.6	Autonomia financeira e proposta orçamentária do Ministério Público	785
31.1.7	Provimento	786
31.1.8	Funções institucionais	786
31.2	Controle “externo” do Ministério Público	787
31.3	Advocacia pública	789
31.4	Advogados.....	792
31.5	Defensoria Pública.....	795
31.6	Autonomia da Defensoria Pública	797
CAPÍTULO 32		
	ESTADO DE EXCEPCIONALIDADE LEGAL	799
32.1	Histórico.....	800
32.2	Estado de defesa	801
32.3	Motivos para a instalação do estado de defesa	801
32.4	Medidas do estado de defesa.....	802
32.5	Estado de sítio	803
32.6	Motivos para a instalação do estado de sítio.....	804
32.7	Medidas do estado de sítio.....	804
32.8	Disposições gerais do estado de sítio e de defesa	805
CAPÍTULO 33		
	FORÇAS ARMADAS	807
CAPÍTULO 34		
	SEGURANÇA PÚBLICA	813
CAPÍTULO 35		
	SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	817
35.1	Tributo e espécies tributárias	817
35.1.1	Conceito de tributo.....	817
35.1.2	Espécies de tributos.....	817
35.1.2.1	Impostos.....	818
35.1.2.2	Taxas	819
35.1.2.3	Contribuição de melhoria.....	820
35.1.2.4	Empréstimos compulsórios.....	821
35.1.2.5	Contribuições especiais.....	821
35.2	Limitações ao poder de tributar	823
35.2.1	Princípio da legalidade tributária	823
35.2.2	Reserva de lei complementar em matéria tributária	823
35.2.3	Princípio da isonomia	824
35.2.4	Princípio da irretroatividade.....	825
35.2.5	Princípio da anterioridade.....	825
35.2.6	Princípio da noventena	826
35.2.7	Princípio da proibição de confisco	826
35.2.8	Princípio da capacidade contributiva	827
35.2.9	Princípio da liberdade de tráfego	828
35.2.10	Vedações de diferenças tributárias em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza.....	829
35.2.11	Imunidades tributárias.....	829
35.2.11.1	Imunidade recíproca	829
35.2.11.2	Imunidade dos templos de qualquer natureza	830
35.2.11.3	Imunidade dos partidos políticos, das entidades sindicais e das instituições de educação ou de assistência social sem fins lucrativos.....	831
35.2.11.4	Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão	832
35.2.11.5	Imunidade para fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil.....	832
35.3	Exoneração tributária e “guerra fiscal”	833
35.4	Substituição tributária “para frente”	834
35.5	Vedações à União	834
35.6	Tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte	835
35.7	Impostos da União.....	836
35.7.1	Imposto de importação e exportação sobre comércio exterior	836
35.7.2	Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza	836
35.7.3	Imposto sobre Produtos Industrializados.....	837
35.7.4	Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	837
35.7.5	Imposto sobre Propriedade Territorial Rural	838
35.7.6	Imposto sobre Grandes Fortunas	838
35.7.7	Competência residual e impostos extraordinários	839

35.8	Impostos dos estados e do Distrito Federal	839
35.8.1	Imposto de Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação.....	839
35.8.2	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.....	840
35.8.3	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	841
35.9	Impostos municipais	842
35.9.1	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	842
35.9.2	Imposto de Transmissão <i>Inter Vivos</i>	842
35.9.3	Imposto sobre Serviços – ISS.....	843
35.10	Repartição das receitas tributárias	843
35.10.1	Repartição direta aos estados e ao Distrito Federal	844
35.10.2	Repartição direta aos municípios.....	844
35.10.3	Repartição indireta por parte da União.....	844
35.10.4	Vedações de retenção	845
 CAPÍTULO 36		
	FINANÇAS PÚBLICAS.....	847
36.1	Normas gerais	847
36.2	Leis orçamentárias.....	849
36.3	Procedimento de confecção das leis orçamentárias.....	851
36.4	Vedações às leis orçamentárias	852
36.5	Despesas de pessoal	854
36.6	Emendas parlamentares e a natureza jurídica do orçamento	855
36.7	Novo Regime Fiscal e as medidas de austeridade fiscal.....	857
 CAPÍTULO 37		
	DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	859
37.1	Constituição econômica	859
37.2	Da ordem econômica.....	863
37.3	Dos princípios gerais da ordem econômica.....	868
37.4	Intervenção do Estado na economia	874
37.5	O Estado como agente normativo	876
37.6	Prestação de serviço público por parte do Estado	877
37.7	Regulamentação dos recursos minerais e potenciais de energia hidráulica.....	878
37.8	Política urbana.....	880
37.9	Desapropriação de imóveis urbanos.....	880
37.10	Usucapião urbano.....	881
37.11	Política agrícola, fundiária e reforma agrária.....	881
37.12	Usucapião rural.....	883
 CAPÍTULO 38		
	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	885
38.1	Correção da impropriedade temática	885
38.2	Nova estruturação do art. 192.....	886
38.3	Modificação do art. 52 do ADCT	887
38.4	Gastos públicos e a Emenda Constitucional nº 95	887
 CAPÍTULO 39		
	ORDEM SOCIAL	889
39.1	Seguridade social	889
39.1.1	Diversidade de financiamento	890
39.2	Saúde	892
39.2.1	Conceituação do direito à saúde	894
39.2.2	Efetivação do direito à saúde	897
39.3	Previdência Social	901
39.4	Assistência social	905
39.5	Educação	906
39.6	Cultura.....	910
39.7	Desporto.....	913
39.8	Ciência e tecnologia.....	915
39.9	Comunicação social	916
39.10	Meio ambiente	919
39.11	Família	923
39.12	Índios	929
 REFERÊNCIAS.....		
		931